

ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Cristiane Sobral Santos Silva

Mestre. Instituto Federal de Sergipe (IFS), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: cristiane.silva@academico.ifs.edu.br.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a temática da educação a distância e dos seus aspectos pedagógicos, incluindo o ensino aprendizagem nessa modalidade. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, apoiou-se nos estudos de Comenius (2002), Bertrand (2001), Charlot (2013), Saviani (2007), Moran (2009), Maia e Mattar (2014), Souza Júnior (2016), Moreira (2011), Luckesi (2011), Araújo e Frigotto (2015), Gomes e Marins (2013), Sacristán (2000), dentre outros, além da consulta à legislação educacional. Por meio deste estudo pode-se conhecer a evolução da Educação 1.0 à Educação 4.0, período da era digital, em que o professor se apresenta como mediador entre o aluno e a informação e a sala de aula pode ser no Ciberespaço. Além disso, apresentaram-se o conceito e as gerações da Educação a Distância, seus aspectos históricos e legais no Brasil. Os resultados da análise demonstram que a Educação a Distância apesar das metas já conquistadas, ainda tem um longo caminho a trilhar.

Palavras-chaves: Educação a Distância, Educação 4.0, Ensino aprendizagem.

PEDAGOGICAL ASPECTS OF DISTANCE EDUCATION

Abstract: This article analyzes the theme of distance education and its pedagogical aspects, including teaching and learning in this modality. The research, of bibliographic and documentary character, was supported by the studies of Comenius (2002), Bertrand (2001), Charlot (2013), Saviani (2007), Moran (2009), Maia and Mattar (2014), Souza Júnior (2016), Moreira (2011), Luckesi (2011), Araújo and Frigotto (2015), Gomes and Marins (2013), Sacristán (2000), among others, in addition to consulting educational legislation. Through this study it is possible to know the evolution from Education 1.0 to Education 4.0, period of the digital age, when the teacher presents himself as a mediator between the student and the information and the classroom can be in Cyberspace. In addition, the concept and generations of Distance Education, its historical and legal aspects in Brazil were presented. The results of the analysis show that Distance Education, despite the goals already achieved, still has a long way to go.

Keywords: Distance Education, Education 4.0, Teaching and learning.

INTRODUÇÃO

A quarta revolução industrial e a era digital provocaram mudanças na educação do século XXI e no modo de pensar e de agir dos seres humanos. Com o decorrer do tempo, a

educação evoluiu de Educação 1.0, em que o professor era o detentor do saber, passou pela Educação 2.0, que preparava as pessoas para trabalharem nas fábricas, transpôs a Educação 3.0, que apresentou uma aprendizagem aliada às tecnologias, e atingiu a Educação 4.0, a da era digital, em que o professor se apresenta como mediador entre o aluno e a informação e a sala de aula pode ser no Ciberespaço.

Nesse contexto, aplicaram-se as novas tecnologias à Educação a Distância (EaD), modificando substancialmente o panorama dessa modalidade de educação. No entanto, a Educação a Distância (EaD) não é novidade. Quando se observam as inúmeras ferramentas e possibilidades utilizadas atualmente, não se tem noção que essa forma de educação iniciou há mais de cem anos com o curso de taquigrafia por correspondência.

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino amparada no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN 9394/96, e regulamentada pelo decreto nº 5622. Ela se efetiva através do uso intenso de tecnologias de informação e de comunicação e permite acesso àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional por morarem longe das unidades de ensino ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula. Para compreender a Educação a Distância hoje, precisamos conhecer sua história, sua evolução, seus aspectos relevantes, incluindo o processo de ensino aprendizagem dessa modalidade.

Nessa perspectiva, o presente artigo se propõe a analisar a temática da educação à distância e dos seus aspectos relevantes, incluindo o ensino e a aprendizagem nessa modalidade por meio de uma pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, baseada nos estudos de Comenius (2002), Bertrand (2001), Charlot (2013), Saviani (2007), Moran (2009), Maia e Mattar (2014), Souza Júnior (2016), Moreira (2011), Luckesi (2011), Araújo e Frigotto (2015), Gomes e Marins (2013), Sacristán (2000), dentre outros, além da consulta à legislação educacional.

Este trabalho traz a Educação a Distância como uma modalidade de ensino que possibilita a democratização e expansão do ensino para aqueles que têm dificuldade em frequentar a modalidade presencial. Além disso, há uma abordagem sobre a evolução da Educação 1.0 a 4.0 e um panorama histórico e legal sobre a EaD no Brasil, além de tratar do processo de ensino aprendizagem dessa modalidade.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A educação na Era Digital

Segundo Fuhr (2018), a educação do século XXI insere-se no contexto da quarta revolução industrial. Esse fato gera um impacto no modo de pensar, de relacionar e de agir do ser humano e uma transformação na educação. Ao longo dos anos, a educação passou pelo processo de evolução a seguir:

Na Educação 1.0, o professor era o detentor do saber, as escolas e o ensino baseavam-se na religião cristã. O currículo baseava-se apenas na leitura, na escrita, no conhecimento da bíblia, do canto e da aritmética. Um exemplo disso é a Educação proposta por Comenius em uma de suas principais obras, a *Didática Magna* (1628-1632), que apresentava como objetivo de Educação formar um bom cristão com sábios pensamentos e ações virtuosas. Nessa obra, Comenius defendia “ensinar tudo a todos” referindo-se: aos pobres, portadores de deficiências, ricos e às mulheres. Para ele, todos deveriam ter o mesmo ensino e as mesmas oportunidades para que Deus não ficasse ofendido. De acordo com as teorias educativas acadêmicas de Bertrand, a teoria tradicionalista se enquadra na Educação 1.0, visto que ela sustenta que "os conteúdos do ensino são a soma dos conhecimentos ditos clássicos e tradicionais" (BERTRAND, 2001, p. 203) e se preocupa em oferecer ao estudante uma boa formação de base, uma visão completa dos conhecimentos e uma cultura clássica, ou seja, "a educação deve transmitir conteúdos sólidos e indiscutíveis, conteúdos que tenham passado com êxito a prova do tempo" (BERTRAND, 2001, p. 203).

O objetivo da Educação 2.0 era preparar as pessoas para trabalhar nas fábricas com tarefas repetitivas, mecânicas e trabalho individual por causa da influência da Revolução Industrial. O ensino aprendizagem caracterizava-se pela padronização, memorização e centralização, pois consideravam todos os alunos como homogênea. Na Educação 3.0, houve a preocupação do que ensinar, como ensinar, com o que ensinar. As inovações tecnológicas trouxeram mudanças nas instituições escolares. Segundo Yves Bertrand (2001) essas mudanças fizeram-se sentir ao nível das realizações tecnológicas e no grande potencial de mudança. As tecnologias passaram a ser as novas aliadas da aprendizagem e o professor precisou aprender

utilizá-las pedagogicamente para desenvolver no aluno a autonomia, a criatividade, a flexibilidade, a participação e a pesquisa a partir de projetos.

Bertrand (2001), em seu livro *Teorias Contemporâneas de Educação*, afirma que a Educação gira em torno do aluno, dos conteúdos, da sociedade e das interações pedagógicas entre os três pilares anteriores. Essas interações são estabelecidas pelo professor e pelas tecnologias da comunicação que estão ligadas às Teorias Tecnológicas. Nesse contexto, a palavra tecnologia está relacionada ao conjunto de suportes para a ação, ou seja, o foco dessa teoria está nas questões práticas e poderiam ajudar a melhorar os métodos de ensino presencial e não presencial. Para confirmar essa afirmação, o autor declara:

Uma teoria tecnológica da educação consiste num ordenamento lógico de meios “concretos” tendo em vista organizar o ensino, pouco importando a natureza do conteúdo! Preocupa-se com as condições práticas de ensino e tenta resolver os problemas de todos os dias. Pretende ser tão pragmática que certas pessoas hão de falar de tecnologias da instrução. (BERTRAND, 2001, p. 90)

A Educação 4.0 sofre influência da Quarta Revolução Industrial e da era digital, o professor torna-se um mediador entre o aluno e a informação. A sala de aula pode ser também o ciberespaço por ser dinâmico, heterogêneo e com flexibilidade metodológica, o que possibilita uma aprendizagem por meio da descoberta e da colaboração. As atividades propostas baseiam-se em projetos interdisciplinares que possibilitam o desenvolvimento de competências e habilidades capazes de tornar o educando sujeito ativo na produção do conhecimento. Para Perrenoud (1999, p. 7), a competência é “a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. E as habilidades são os vários procedimentos mentais acionados pelo indivíduo para resolver uma situação real de tomada de decisão.

Charlot (2013) entende que ao nascer, o ser humano está submetido à obrigação de aprender. Essa condição humana exige um movimento “longo, complexo e nunca acabado” no sentido de se apropriar de um saber. O desejo de aprender toma forma no ato de construir-se e ser construído pelos outros em situações que ocorrem dentro e fora da escola. Esse desejo move a criança em direção ao saber, o que pressupõe um movimento de mobilização - e não simplesmente de motivação. O conceito de mobilização está ligado ao sentido e à importância

que o aluno dá a certas atividades, enquanto que a motivação refere-se a uma ação externa de algo ou de alguém. Por isso quanto mais significativo for o que é ensinado, mais o aluno se põe em movimento em busca do saber. No entanto, os estudos de Charlot (2013, p. 39) mostram que os alunos vão à escola para "ter um bom emprego mais tarde", ou seja, valorizam mais o diploma do que o próprio conhecimento.

Diante desse contexto, proporcionar novos cenários de aprendizagem, sejam presenciais ou virtuais, ou mesmo uma integração didático-pedagógica entre as modalidades de educação presencial e a distância é de extrema importância para que a escola possa acompanhar as mudanças proporcionadas pela Era Digital e os alunos adquiram competências e habilidades para detectar as informações necessárias à solução de problemas. Significa dizer que eles deverão ser preparados para construir o seu próprio conhecimento, mediados pelas tecnologias digitais. No entanto, quando se muda a forma de aprender requer que se mude a forma de ensinar. Para Gomes, Marins (2013, p. 87) "não é possível pensar em mudanças na educação sem pensar em mudanças na ação docente", no entanto é "na relação com o aluno que o professor redefine o significado ao seu conhecimento", à sua prática. Assim, a nova cultura de aprendizagem exige um novo perfil de aluno e do professor, exige novas funções discentes e docentes, as quais só se tornarão possíveis se houver uma mudança de mentalidade (POZZO, 2004), pois para Kenski (2007, p.43):

Tecnologia e educação são conceitos indissociáveis. Educação diz respeito ao processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social. Para que ocorra essa integração, é preciso que conhecimentos, valores, hábitos, atitudes e comportamentos do grupo sejam ensinados e aprendidos, ou seja, que se utilize a educação para ensinar sobre as tecnologias que estão na base da identidade e da ação do grupo e que se faça uso delas para ensinar as bases da educação. (KENSKI, 2007, p. 43)

Para essa mudança de mentalidade é preciso entender que a Educação e a Tecnologia precisam estar integradas, ou seja, que se utilize a Educação para ensinar sobre as Tecnologias e vice-versa. Para isso, existe o desafio da mudança no trabalho do professor que é dada pela substituição das formas do processo de ensino e aprendizagem. É preciso acompanhar as mudanças e adequá-las à prática docente, visto que os alunos já vêm com uma grande bagagem

de informações de casa, proporcionadas pela TV, rádio, *internet*, celular, sendo necessária a organização dessas informações para que a construção do conhecimento realmente aconteça; caso contrário, de nada adianta toda essa tecnologia se a escola não consegue fazer com que o aluno adquira o conhecimento.

Para Gomes, Marins (2013, p. 82) "há a necessidade de conhecimento, mas há também novos instrumentos de acesso ao conhecimento". Para eles, qualquer pessoa pode ter acesso ao conhecimento via Internet ou via Educação a Distância (EaD), no entanto esta não é uma solução apenas individual, pode ser uma interessante solução institucional, visto que Educação a Distância é uma modalidade de ensino que pode ser inserida pelos professores da educação profissional como forma de dinamizar e facilitar o processo de ensino e aprendizagem tornando-o mais interativo e dialógico por meio da utilização de diversos recursos tecnológicos. Apresentaremos a seguir o conceito e um breve histórico da Educação a Distância, desde a sua origem até as inovadoras Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

A educação a distância: conceito e um breve histórico

A Educação a Distância (EaD) surgiu em Boston em 1728 com o curso de Taquigrafia por correspondência. No decorrer da história, a EaD recebeu diversas denominações em países diferentes, apesar de apresentarem alguns pontos em comum: estudo ou educação por correspondência (Reino Unido); estudo em casa e estudo independente (Estados Unidos); estudo ou ensino a distância (Alemanha); estudos externos (Austrália); telensino ou ensino a distância (França); teleducação (Portugal). (MAIA; MATTAR, 2014)

No Brasil, a EaD seguiu o movimento internacional com a oferta de cursos por correspondência para datilógrafo em 1904. Logo depois, a Fundação Roquette-Pinto criou em 1923 a Rádio Escola Sociedade que oferecia cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia. Em 1939, surgiu o Instituto Brasileiro Rádio Monitor e em 1941, o Instituto Universal Brasileiro oferecendo cursos profissionalizantes por meio de apostilas enviadas pelos Correios. (MAIA ; MATTAR, 2014)

Na década de 1970, o Ministério da Educação (MEC) lançou o projeto Minerva com o intuito de utilizar o rádio para a educação e a inclusão social de adultos. Em 1977, a Fundação Roberto Marinho passou a transmitir cursos profissionalizantes e aulas para o ensino básico

com o Telecurso. Nesse período, muitos brasileiros já acompanhavam os telecursos, transmitidos pela TV. Esse modelo de EaD se manteve até meados da década de 1990, época em que as instituições passaram a utilizar a internet para publicar conteúdos e promover interações (MAIA ; MATTAR, 2014).

No fim da década de 1980 e início dos anos 90, nota-se um grande avanço da EaD brasileira. Nesse período várias universidades formalizaram suas iniciativas EaD, até culminar com a criação da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) em 1995 e da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC em 1996. (ALVES, 2011)

No âmbito da legislação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) – Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, instituiu, em seu artigo nº 80, que a EaD fosse uma modalidade de ensino em todos os níveis da educação e modalidade de ensino. Apesar de não estar regulamentada, foi um avanço porque possibilitou o funcionamento dos cursos de graduação e de pós-graduação, na educação básica do ensino fundamental ao médio, tanto na modalidade regular e quanto na de jovens e adultos e na educação especial. Essa lei impulsionou as atividades de EaD no Brasil, visto que as instituições de ensino sentiram-se amparadas para continuar a oferta essa modalidade de ensino.

Dois anos após sua promulgação, o Decreto nº. 2.494/98 regulamenta a LDBEN conceituando em seu Artigo 1º a Educação a Distância como:

[...] uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998, p.1)

Esse decreto foi substituído, em 19 de dezembro de 2005, pelo Decreto nº. 5.622, que orienta em seu artigo 1º como a educação a distância deve ser ofertada:

[...] como modalidade educacional na qual a dimensão didático- pedagógica no processo de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologia de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p.1)

Tal definição também constituiu um avanço em relação ao decreto anterior, pois explicitou a necessidade de professores desenvolverem a mediação pedagógica e delineou a

competência do poder público em possibilitar o ensino a distância como ação de inclusão e desenvolvimento social através do ensino e da formação profissional. É neste contexto que a educação a distância ganha forma e proeminência possibilitando a transposição de barreiras, entre elas a geográfica, e tendo como suporte a evolução das Tecnologias de informação e da comunicação (TDIC).

Para Moran (2009), a Educação a Distância é a modalidade de ensino na qual a educação é intermediada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) que interligam o professor e o aluno, que se encontram separados fisicamente e, em algumas situações, temporalmente. Maia e Mattar (2014, p. 6) coadunam com esse conceito quando afirmam que a EaD é “uma modalidade de educação em que alunos e professores estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”.

Feito esse breve histórico e a explanação do que se entende por EaD, passaremos nos itens seguintes a discutir sobre os principais aspectos pedagógicos dessa modalidade de ensino, buscando evidenciar suas bases fundamentadoras, antes, porém, evidenciaremos a metodologia do trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, baseada nos estudos de Comenius (2002), Bertrand (2001), Charlot (2013), Saviani (2007), Moran (2009), Maia e Mattar (2014), Souza Júnior (2016), Moreira (2011), Luckesi (2011), Araújo e Frigotto (2015), Gomes e Marins (2013), Sacristán (2000), dentre outros, além da consulta à legislação educacional pertinente ao assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas definições de EaD supracitadas, destacamos alguns pontos relevantes nessa modalidade de ensino, tais como: professores e alunos estão separados física e temporalmente, isso quer dizer que a aprendizagem não deve ocorrer apenas na sala de aula e que eles não precisam estar conectados sempre na mesma hora, pois existem tanto atividades síncronas (chats, vídeo-conferências interativas, *Second Life*...), como atividades assíncronas (fórum,

email, blog...). Segundo Gomes e Marins (2013, p. 101-102) essas atividades devem garantir "possibilidades de interação, de relação e de troca de ideias e ideais" e "cabe ao professor saber interagir conforme vão surgindo situações pedagógicas provocadas por reações diferentes dos aprendizes".

Nesse contexto, as tecnologias servem para superar a distância e mediar as interações entre professores e alunos. "Embora as tecnologias sejam de grande utilidade para a renovação do trabalho educativo, sua utilização deve estar subsidiada a uma proposta pedagógica" (GOMES; MARINS, 2013, p. 84), visto que é a tecnologia que deve adaptar-se ao ser humano e não o contrário.

Com relação a essa proposta pedagógica, ela deve estar orientada pela ideia de integridade da formação humana e ao projeto de ensino integrado, que para Araújo e Frigotto (2015) é um projeto com conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com as ações formativas integradoras que promovem a autonomia e ampliam os horizontes dos sujeitos envolvidos nas práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, a autonomia é "entendida como a capacidade de o indivíduo compreender a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social reconhecendo-se como produto e como sujeito da sua história" (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 74). Para eles, a integração é um princípio pedagógico orientador de práticas que desenvolve a capacidade do aluno compreender a sua própria realidade e compará-la com o contexto social. Essas práticas pedagógicas não dependem apenas de soluções didáticas, elas requerem uma definição clara dos objetivos políticos e educacionais nos seus projetos políticos pedagógicos, no entanto pesquisas revelam que não há ainda nesses documentos uma compreensão de que eles devem se comprometer com a formação ampla dos indivíduos. De acordo com os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância um curso superior à distância deve:

[...] garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão. Devido à complexidade e à necessidade de uma abordagem sistêmica, referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância devem compreender categorias que envolvem, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Para dar conta destas dimensões, devem estar integralmente expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância os seguintes tópicos principais:

- Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- Sistemas de Comunicação;
- Material didático;
- Avaliação;
- Equipe multidisciplinar;
- Infraestrutura de apoio;
- Gestão Acadêmico-Administrativa;
- Sustentabilidade financeira. (BRASIL, 2007, p. 8)

Embora o texto apresente orientações especificamente à educação superior, o referido documento serve de base de reflexão para a elaboração de referenciais específicos para os demais níveis educacionais que podem ser ofertados a distância, pois demonstra como aspecto primordial que a EaD deve ter como princípio a Educação, independente da forma de organização. Isso quer dizer que independente da sua modalidade, deve-se dar ênfase à importância da Educação para a vida dos indivíduos, pois essa modalidade por si só, não garante a efetiva ruptura com as velhas práticas dos cursos de educação presencial.

Quanto ao desenho de um currículo integrador, faz-se necessário que os conteúdos tenham como referência a utilidade social para formar os indivíduos em suas múltiplas capacidades e que apresente alguns princípios orientadores na sua organização: a contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social. (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015). No currículo integrado, os conteúdos escolares integram-se possibilitando a formulação de um saber crítico-reflexivo que articula os conhecimentos, supera a fragmentação entre as disciplinas, proporciona o diálogo e relaciona-os entre si para a compreensão da realidade. Para Sacristán (2000, p. 15), "quando definimos currículo, estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado". E complementa:

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas. (GRUNDY, 1987, p.5 *apud* SACRISTÁN, 2000, p.14)

O currículo, então, é um meio pelo qual a escola se organiza, propõe os seus caminhos e a orientação para a prática. Não podemos pensar em uma escola sem pensar em seu currículo, em seus objetivos e também sobre os processos de avaliação das aprendizagens. Dentro dessa

concepção há três tipos de currículo escolar: o real, o oculto e o prescrito. O currículo real é simplesmente aquele que se passa em sala de aula. Quanto ao currículo prescrito, segundo Sacristán (2000), é um conjunto de decisões normativas que são produzidas nos gabinetes das secretarias federais, estaduais e municipais de educação. É um currículo totalmente distanciado do currículo real, pois não respeita a diversidade, e não é construído pelos que fazem a escola cotidianamente. O currículo oculto representa o que se adquire na escola (saberes, competências, representações, papéis, valores). Para o autor esses “currículos” não podem ser vistos de maneira desconexa, cada um deles cria um problema ou uma situação a ser analisada e todos eles são interventores no processo educativo.

Voltando ao outro ponto relevante do conceito da EaD, que é o planejamento, entendemos que planejar é um modo de formular objetivos a serem atingidos, e também de aproveitar da melhor forma os recursos tecnológicos digitais nos propósitos educacionais. planejamento é “um conjunto de ações coordenadas visando atingir os resultados previstos de forma mais eficiente e econômica” (LUCKESI, 2011, p. 121). Sendo assim podemos afirmar que o planejamento é também uma ação de organização, fundamental a toda ação educacional. Para Luckesi (2011, p. 115):

O ser humano age em função de construir resultados. Para tanto, pode agir aleatoriamente ou de modo planejado. Agir aleatoriamente significa “ir fazendo as coisas” sem ter clareza de onde se quer chegar; agir de modo planejado significa estabelecer fins e construí-los através de uma ação intencional. (LUCKESI, 2011, p. 115)

Pensar o planejamento educacional de um sistema de ensino, assim como a sua implementação no interior das escolas é fundamentalmente um trabalho de opção, de decisão política, a que se subordinam os objetivos, as estratégias, os recursos. Escolher o caminho a percorrer implica reconhecer as possibilidades e os limites dessas escolhas. Assim o planejamento educacional consiste, segundo Luckesi (2011, p.112), em um processo de abordagem racional e científica, dos problemas de educação, incluindo a definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional. Para Libâneo (2005), o planejamento é o ponto de partida. Nele são expressas as ações a serem realizadas em função da tomada de decisão a respeito dos objetivos que se pretende alcançar.

Em EaD, o planejamento do processo de ensino e aprendizagem requer algumas considerações: a articulação de conteúdos; a relação e interação entre professor, aluno, conteúdo e tutor; as formas de avaliação da aprendizagem e sua articulação com os conteúdos; e, por fim a interatividade entre conteúdos, avaliação e relacionamentos existentes entre os atores do processo. A respeito da interatividade na EaD, Moore (2007) ressalta três tipos de interação: a interação aluno/contéudo, a interação aluno/professor e a interação aluno/aluno, onde a tecnologia é vital, fazendo com que alunos de diferentes localidades interajam por meio de fóruns ou chats para compartilharem conhecimentos.

Neste contexto da EaD, ainda se faz necessário ressaltar a importância do trabalho do tutor, tanto presencial quanto a distância, como mediador do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ele representa o elo entre o professor da disciplina, os conteúdos ministrados, as atividades de avaliação propostas e o contexto sociocultural do aluno. Com relação à avaliação da aprendizagem escolar, segundo Luckesi (2001, p. 174), ela tem dois objetivos: auxiliar o aluno no seu processo de desenvolvimento pessoal, a partir do processo ensino-aprendizagem e prestar informações à sociedade acerca da qualidade do trabalho educativo realizado.

A respeito do primeiro objetivo, Luckesi afirma que a avaliação tem tomado posturas que não contribuem para a essência da educação, classificando e excluindo os alunos. O ato de avaliar é construtivo e deve ser encarado como um ato amoroso pois “avaliar um aluno com dificuldades é criar formas de incluí-lo dentro do círculo da aprendizagem” (LUCKESI, 2011, p.173), permitindo o redirecionamento no planejamento e no processo de mediação do professor. Dessa maneira o educador contribui para que ocorra aprendizagem efetiva, o ato de inclusão e de integração desse aluno. Nessa perspectiva, o planejamento e a avaliação se apresentam "como atos que estão a serviço da construção de resultados satisfatórios. Enquanto o planejamento traça caminhos, a avaliação ajuda no redirecionamento do percurso da ação" (LUCKESI, 2011, p.165).

Na EaD, diferentemente da avaliação na educação presencial, o que se observa é a necessidade de novos critérios e modalidades, na tentativa de ampliar as potencialidades de apuração da aprendizagem pelos modos formativo, contínuo e somativo, mas sem perder de vista as diferentes formas e espaços de aprendizagem, a pedagogia da conexão e a flexibilidade de escolha de novos métodos, tempos, espaços e parceiros da aprendizagem. Além de

considerar relevante o perfil do estudante que tem escolhido esse sistema como uma opção educacional.

Nessa perspectiva, Rocha (2014) afirma que para avaliar as competências na EaD há alguns pré-requisitos:

do ensino e aprendizagem (incentivar a aprendizagem colaborativo-cooperativa e a autonomia); da didática das nuvens (apropriar-se de novas competências para o aprendizado em redes sociais, em comunidades virtuais de aprendizagem, no *M-Learning*¹, MOOCs², REAs - Recursos Educacionais Abertos etc.); dos indicadores de desempenho (desenvolver competências para planejar e acompanhar Indicadores de qualidade pela aprendizagem significativa, indicadores de cooperação e de apropriação do conhecimento. Indicadores de conformidade e resultados); de contexto ou natureza (avaliar sem perder de vista a diversidade de realidades socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas, éticas, ideológicas ou religiosas que se misturam nos espaços e salas de aula virtual, além das quatro paredes da escola tradicional); de estilos de aprendizagem (desenvolver competências para o olhar diferenciado na avaliação de aspectos cognitivos, físicos, emocionais, e considerar os estilos de aprendizagem); de destreza tecnológico-midiática (investir no domínio das tecnologias educacionais previstas para curso ou atividade mediada tecnologicamente). (p. 6-7)

Com relação à história da EaD, alguns autores a dividem em diferentes gerações; podemos dizer que em cada momento histórico era praticado um modelo de EaD baseado nas tecnologias utilizadas para promover a interação. Maria Luiza Belloni (2015) menciona três modelos/gerações distintos de EaD. O primeiro seria o ensino por correspondência em meados do século XIX, em que os estudantes recebiam o material de estudo pelo correio, estudavam sozinhos os conteúdos e as dúvidas dos alunos e as avaliações eram enviadas pelo correio. Nesse modelo, o processo de construção do conhecimento era individual, e a autonomia nos estudos era essencial para que o aluno obtivesse êxito.

A segunda geração apresentou as novas mídias como a televisão, o rádio, as fitas de áudio e vídeo e o telefone ainda nos anos 1960. Esse modelo tinha como ferramenta principal de interação dos meios de comunicação audiovisuais e computadores, além do material impresso e das correspondências via correio. A terceira geração surgiu nos anos 1990 com o

¹ *Mobile Learning* – aprendizagem mediada com a utilização de telemóveis.

² Curso *Online Aberto e Massivo*, do inglês *Massive Open Online Course* (MOOC), é um tipo de [curso aberto](#) oferecido por meio de [ambientes virtuais de aprendizagem](#).

aparecimento do computador, das tecnologias de multimídia, do hipertexto e das redes de computadores e ferramentas web. Ela ficou marcada pelo desenvolvimento das TDIC.

Já os autores Cabral, Oliveira e Tarcia (2007, p. 7) dividem a história da EaD em quatro gerações. A primeira era baseada em textos impressos ou escritos à mão; a segunda caracterizada pelo uso da televisão e do áudio. A terceira era marcada pela utilização da multimídia da televisão, do texto e do áudio. E, por fim, a quarta geração que organiza os processos educativos em torno do computador e da Internet.

Para Taylor (2001), há a emergência da quinta geração da EaD baseada na exploração mais aprofundada de novas tecnologias. Segundo ele, primeiro veio o Modelo por Correspondência; em segundo, o Modelo Multimídia, baseado em tecnologias impressas e audiovisuais; em terceiro, o Modelo de Teleaprendizagem, baseado em aplicações das tecnologias de telecomunicação; em quarto, o Modelo de Aprendizagem Flexível, baseado na multimídia interativa online e acesso via internet; em último, o Modelo de Aprendizagem Flexível Inteligente que reúne tudo que a quarta oferece, acrescentando a comunicação via computadores com sistema de respostas automatizadas, além de acesso via portal a processos institucionais.

Nesse item procuramos relatar os aspectos relevantes da EaD, a seguir trataremos do processo de ensino aprendizagem nessa modalidade de ensino.

O ensino aprendizagem na Educação a Distância

Existem diferentes abordagens sobre a aprendizagem, baseadas em diferentes teóricos da área de Educação. Para Moreira (2011):

[...] uma teoria é uma tentativa humana de sistematizar uma área de conhecimento, uma maneira particular de ver as coisas, de explicar e prever observações, de resolver problemas. Uma teoria de aprendizagem é, então, uma construção humana para interpretar sistematicamente a área de conhecimento que chamamos aprendizagem (MOREIRA, 2011, p.12).

Uma teoria de aprendizagem representa o ponto de vista do autor sobre a aprendizagem e o seu funcionamento. A teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget configura uma teoria construtivista dos desenvolvimento cognitivo humano. Jean Piaget foi o pioneiro nesse enfoque

e Vygotsky também faz parte dessa teoria. O processo de aprendizagem na EaD é baseado na abordagem construtivista (construtivismo), que vê o aluno como construtor do seu conhecimento, mas que está inserido em uma sociedade, em uma determinada cultura que contribuirá na determinação do seu saber. (VYGOTSKY, 1989) Essa construção, que possibilita a aprendizagem, permite que os alunos assimilem novos conhecimentos, a partir de conceitos já conhecidos, envolvendo interação, estudo, experiência e erro.

O construtivismo de Jean Piaget (1978) apresenta a necessidade de construir o conhecimento através das relações sociais, onde as operações dão lugar à cooperação e nutrem o trabalho em equipe. Sob a ótica da teoria de Vygotsky, segundo a qual o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem, todo o aprendizado é necessariamente mediado, e isso torna o papel do ensino e do professor mais ativo do que o previsto por Piaget. Na teoria de Vygotsky, nenhum conhecimento é construído pela pessoa sozinha, mas pelas interações da pessoa com o grupo, onde o professor atua como mediador, e o aprendizado está na observação do meio e na discussão e organização das descobertas conjuntamente – alunos e professores. (BECKER, 2012). Para Moreira (2011, p. 110),

[...] diferentemente de Piaget, que focaliza o indivíduo como unidade de análise, Vygotsky enfoca a interação social. Sua unidade de análise não é nem o indivíduo nem o contexto, mas a interação entre eles. [...] Para Vygotsky, esta interação é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e linguístico de qualquer indivíduo. (MOREIRA, 2011, p.110)

Segundo Charlot (2013), ser construtivista não significa ser moderno e inovador, mas se opor ao modelo tradicional de aula que aplica exercícios com “siga o modelo”. Ele entende que a educação não consiste em transmitir conhecimentos acabados, mas propor situações ou problemas que levem os alunos à construção do conhecimento com o auxílio do professor. Nesse sentido, o professor entendido como mediador e organizador do processo de ensino aprendizagem precisa inserir inúmeras situações de interação nas suas práticas pedagógicas, pois no contexto da EaD o processo de ensino aprendizagem funciona como um estímulo ao aluno, à sua aprendizagem e ao seu desempenho, o que favorece a sua autonomia e autoconfiança. A partir da construção do conhecimento e da interação com o meio cria-se um vínculo entre a busca e a coerência e entre a teoria e a prática, que se alicerçam no “aprender

fazendo”, a partir do trabalho realizado com as novas tecnologias que facilitam o processo ensino aprendizagem.

Importante assinalar que não é só de tecnologia e demanda que se constrói um bom curso a distância. O professor-tutor merece destaque por ser um elo entre a tecnologia e o educando. Masseto (*apud* GASPARIN, 2005, p.113), afirma que o docente mediador pedagógico deve possuir determinadas características, que podem ser transpostas para a tutoria, como: a centralização de foco no aluno, o desenvolvimento de atividades conjuntas com eles, a postura de co-responsabilidade e parceria e o cuidado com a comunicação como instrumentos da aprendizagem. Assentado em um tripé pedagógico, constituído pelas três formações profissionais, educador-professor-tutor, a tutoria como foco principal veicula a educação em uma atitude crítico-reflexiva perante a mediação de saberes para que, em parceria com os alunos nesse processo ensino aprendizagem, possa construir uma concepção cognitiva. Assim, o desafio no processo de ensino aprendizagem na EaD para o professor e o aluno é, respectivamente, desenvolver competências que favoreçam aprendizagens significativas e ser sujeito da sua própria aprendizagem nos ambientes de interação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações da quarta revolução industrial e da Era Digital contribuíram para a transformação da Educação no Brasil. Ao conhecer a evolução da Educação de 1.0 a 4.0, o histórico da EaD, suas leis e seus aspectos relevantes, percebemos que a Educação a Distância e o uso das tecnologias são exemplos disso, porque colaboram bastante com o processo de ensino aprendizagem, visto que propiciam a flexibilização de tempo e de espaço; o acesso a um grande número de informações; a interação e a troca de experiências entre pessoas que vivem em lugares distantes; a chance de uma inclusão educacional, social e digital; a construção do conhecimento de maneira partilhada; e o protagonismo do aluno. No entanto, faz-se necessário uma mudança de postura dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. As instituições precisam oferecer capacitação na área de EaD e de TDIC para os professores, para que eles possam utilizá-las como novas aliadas da aprendizagem com o objetivo de desenvolver a autonomia dos alunos.

Apesar das metas já conquistadas, ainda há um longo caminho a trilhar: a credibilidade da comunidade escolar sobre a qualidade dos cursos realizados a distância; fomento de recursos próprios e infraestrutura suficiente; profissionais capacitados nessa área de conhecimento; formação e capacitação continuada para os profissionais envolvidos com a EaD; consolidar a institucionalização da modalidade; melhoria das metodologias didáticas utilizadas; promoção de cursos de capacitação para a comunidade interna e externa; e maior integração didático-pedagógica entre as modalidades de educação presencial e a distância.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. In: **Associação Brasileira de educação a Distância**, v.10, 2011.
- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 7. ed. – São Paulo: Campinas. Autores Associados, 2015 – Coleção educação contemporânea. 127 p.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996... Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2009.
- BRASIL. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em: 13 out. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 nov. 2019.
- BECKER, F. **Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos**. In: BECKER, F. (Ed.). Educação e Construção do Conhecimento. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 13-27.
- BERTRAND, Yves. **Teorias contemporâneas da educação**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, 2a. edição.
- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; OLIVEIRA, Ivan Carlos de A. de; TARCIA, Rita Maria de Lino. **Manual de Orientação dos Docentes**. Disponível em: www.unicsul.br/nead. Acesso em: 15 jul. 2019.
- COMENIUS. **Didática Magna**. 3. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber e as práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.
- FUHR, Regina Cândida. Educação 4.0 e seus impactos no século XXI. In: V CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Pernambuco, 2018. **Anais**. Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD4_SA19_ID5295_31082018230201.pdf . Acesso em:08 abril 2019

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3 ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

GOMES, H. M.; MARINS, H. O. **A ação docente na educação profissional**. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e à distância**. Campinas: Papirus, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 22 ed São Paulo: Cortez, 2011.

MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

MATOS, J. F. (2014). **Princípios orientadores para o desenho de Cenários de Aprendizagem**. Documento multimídia de apoio à UC de Educação e Habitats Digitais. Disponível em: <https://goo.gl/hdPzBk>. Acesso em 20 mar. 2019 .

MOORE, M. & KEARSLEY, G. **Educação a Distância: Uma Visão Integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância**. Universidade de São Paulo: 2009. Acesso em: 24 mar. 2019

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. 2 ed .E.P.U, 2011.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Artmed, 1999.

PIAGET, J. **A Epistemologia Genética e a Pesquisa Psicológica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978.

POZZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In.: **Pátio Revista Pedagógica**, n.31, p.8-11, ago/out. 2004.

ROCHA, E.F. (2014). **Avaliação na EaD: estamos preparados para avaliar?** Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Avaliacao_na_EaD_Enilton_Rocha.pdf. Acesso em 05 jun. 2019.

SACRISTÁN, J. (2000). **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.

SOUZA JÚNIOR, Carlos Menezes de. **EaD pública e democrática: realidade, tensões e esperanças**. 1. ed. Aracaju: Edifs, 2016. 207 p.

TAYLOR, James C. **Fifth generation distance education?** University of Southern Queensland, Queensland, Australia, v. 40, p. 1-8, 2001.

UNESCO. **Padrões de competência em TIC para professores.** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. Paris, França, 2008. 13p.

VYGOTSKY. L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.